

PGA 2023

PLANO ESTRATÉGICO - MP SOCIAL

**RESULTADO DOS FORMULÁRIOS RESPONDIDOS
DA REGIÃO DE BAURU
NO PERÍODO DE 23/06/2023 e 10/07/2023**

FORMULÁRIOS RESPONDIDOS: 47 (quarenta e sete)

Promotores de Justiça: 33 (trinta e três)

Servidores : 14 (catorze)
(Analista Jurídico e Oficial de Promotoria)

SENDO: 24 (vinte e quatro) NA ÁREA CÍVEL
23 (vinte e três) NA ÁREA CRIMINAL

SOCIEDADE PREENCHEU: 14 (catorze) FORMULÁRIOS

ÁREAS ABRANGIDAS:

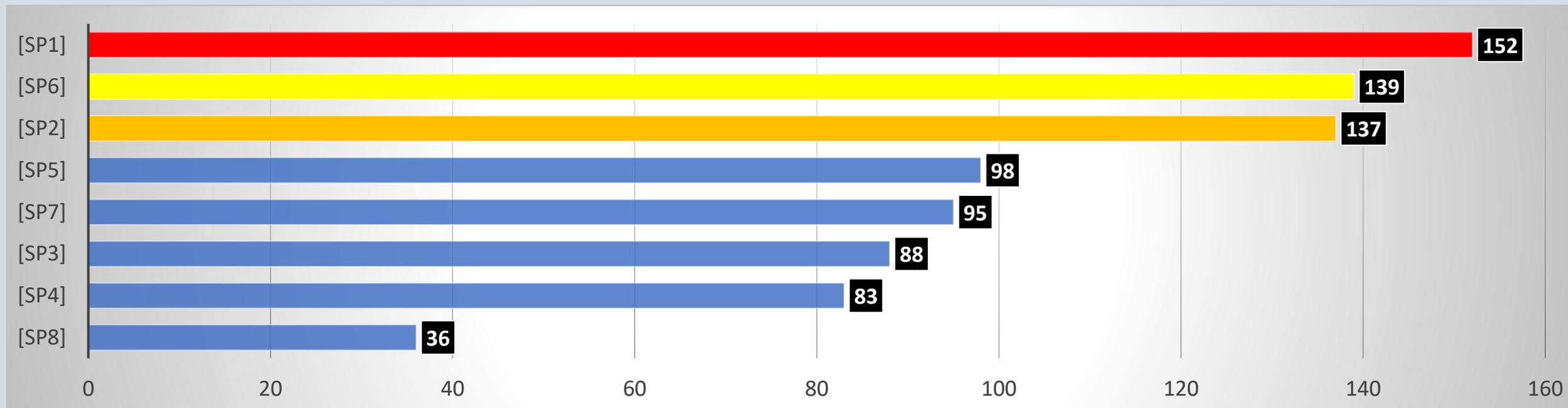
- SAÚDE PÚBLICA
- PCD
- PATRIMÔNIO PÚBLICO
- MEIO AMBIENTE
- INFÂNCIA E JUVENTUDE
- IDOSO
- CONSUMIDOR
- EDUCAÇÃO
- CÍVEL
- HABITAÇÃO E URBANISMO
- INCLUSÃO SOCIAL
- CRIMINAL

Quantidade escolhida	[SP1] Atenção Básica	5	11	4	2	0	0	0	1
	[SP2] Atenção Hospitalar	4	5	7	2	3	2	0	0
	[SP3] Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)	1	0	3	5	4	3	5	2
	[SP4] Financiamento SUS	1	0	1	5	4	7	2	3
	[SP5] Medicamento/Insumo	2	1	3	3	4	6	4	0
	[SP6] Saúde Mental	10	2	2	3	1	4	1	0
	[SP7] Tratamento /Cirurgia/ Exame	0	3	3	3	6	1	7	0
	[SP8] Vigilância Sanitária /Epidemiológica	0	1	0	0	1	0	4	17

Ponderação	[SP1] Atenção Básica	1º	40	77	24	10	0	0	0	1	152
	[SP2] Atenção Hospitalar	3º	32	35	42	10	12	6	0	0	137
	[SP3] Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)		8	0	18	25	16	9	10	2	88
	[SP4] Financiamento SUS		8	0	6	25	16	21	4	3	83
	[SP5] Medicamento/Insumo		16	7	18	15	16	18	8	0	98
	[SP6] Saúde Mental	2º	80	14	12	15	4	12	2	0	139
	[SP7] Tratamento /Cirurgia/ Exame		0	21	18	15	24	3	14	0	95
	[SP8] Vigilância Sanitária /Epidemiológica		0	7	0	0	4	0	8	17	36

OUTROS

internação psiquiátrica/drogadição
Rede CER-Reabilitação



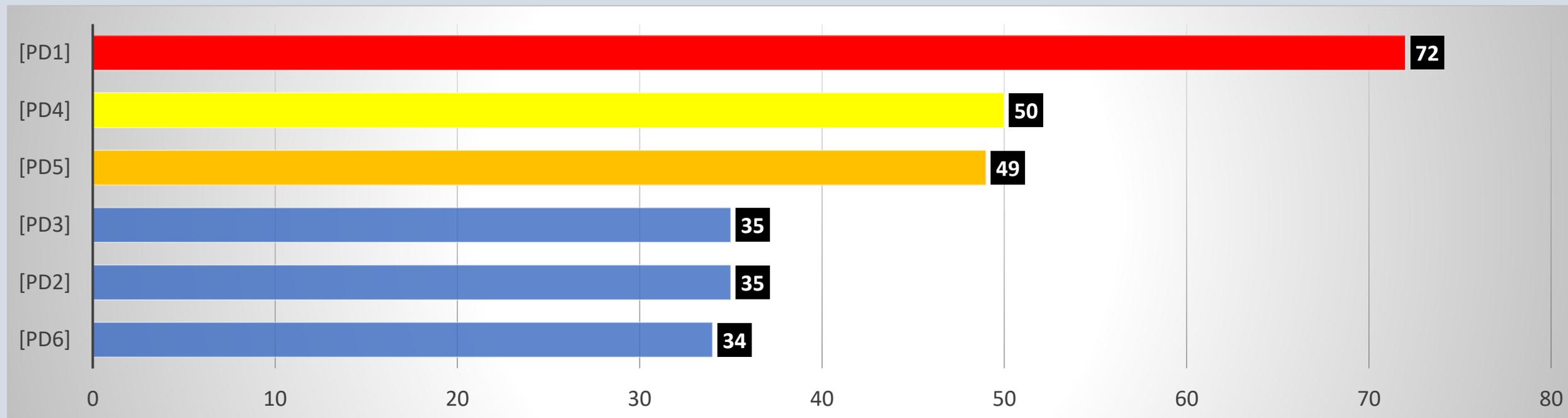
LEGENDA	[SP1] Atenção Básica
	[SP2] Atenção Hospitalar
	[SP3] Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)
	[SP4] Financiamento SUS
	[SP5] Medicamento/Insumo
	[SP6] Saúde Mental
	[SP7] Tratamento /Cirurgia/ Exame
	[SP8] Vigilância Sanitária /Epidemiológica

Quantidade escolhida	[PD1] Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios	5	0	3	0	3	1
	[PD2] Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)	0	2	1	5	2	2
	[PD3] Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.	0	2	2	3	3	2
	[PD4] Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem	6	1	0	2	0	3
	[PD5] Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município	0	7	1	2	2	0
	[PD6] Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho	1	0	5	0	2	4

Ponderação	[PD1] Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios	1º	30	0	18	0	18	6	72
	[PD2] Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)		0	10	4	15	4	2	35
	[PD3] Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.		0	10	8	9	6	2	35
	[PD4] Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem	2º	36	5	0	6	0	3	50
	[PD5] Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município	3º	0	35	4	6	4	0	49
	[PD6] Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho		6	0	20	0	4	4	34

OUTROS

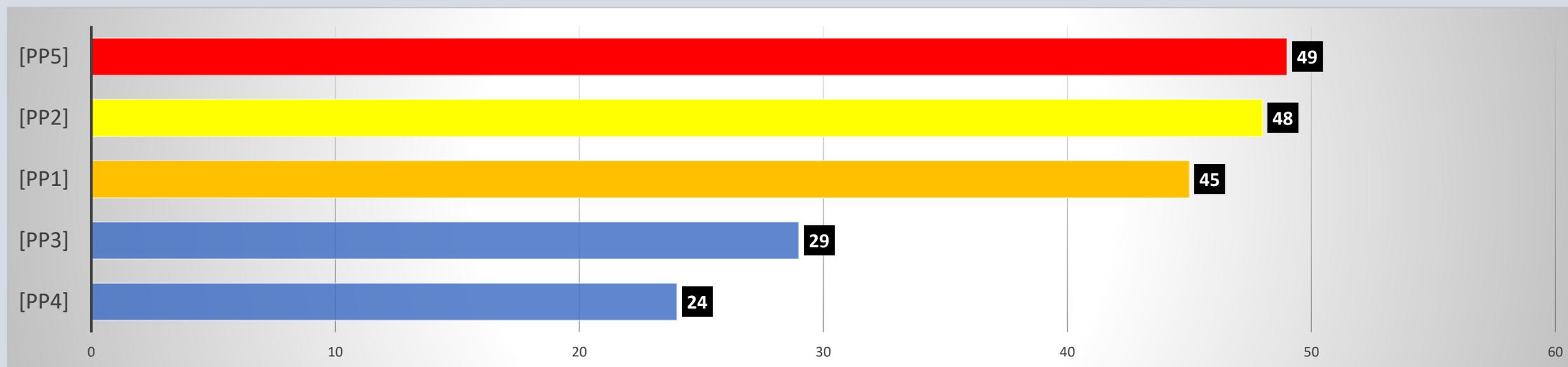
Convênio do Município com a APAE e os valores dos repasses realizados. Município conta com APAE, mas o Poder Executivo prefere contratar vagas na APAE de Taquarituba ou em clínicas particulares, para boicotar a direção da APAE local.



LEGENDA	
	[PD1] Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios
	[PD2] Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)
	[PD3] Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.
	[PD4] Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem
	[PD5] Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município
	[PD6] Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho

Quantidade escolhida	[PP1] Organização Social de Saúde	3	4	3	2	1
	[PP2] Controle Interno no Município	4	4	2	3	0
	[PP3] Portal da Transparência	0	2	4	2	5
	[PP4] Responsabilidade Fiscal	1	0	1	5	6
	[PP5] Fraude em Licitação	5	3	3	1	1

Ponderação	[PP1] Organização Social de Saúde	3º	15	16	9	4	1	45
	[PP2] Controle Interno no Município	2º	20	16	6	6	0	48
	[PP3] Portal da Transparência		0	8	12	4	5	29
	[PP4] Responsabilidade Fiscal		5	0	3	10	6	24
	[PP5] Fraude em Licitação	1º	25	12	9	2	1	49

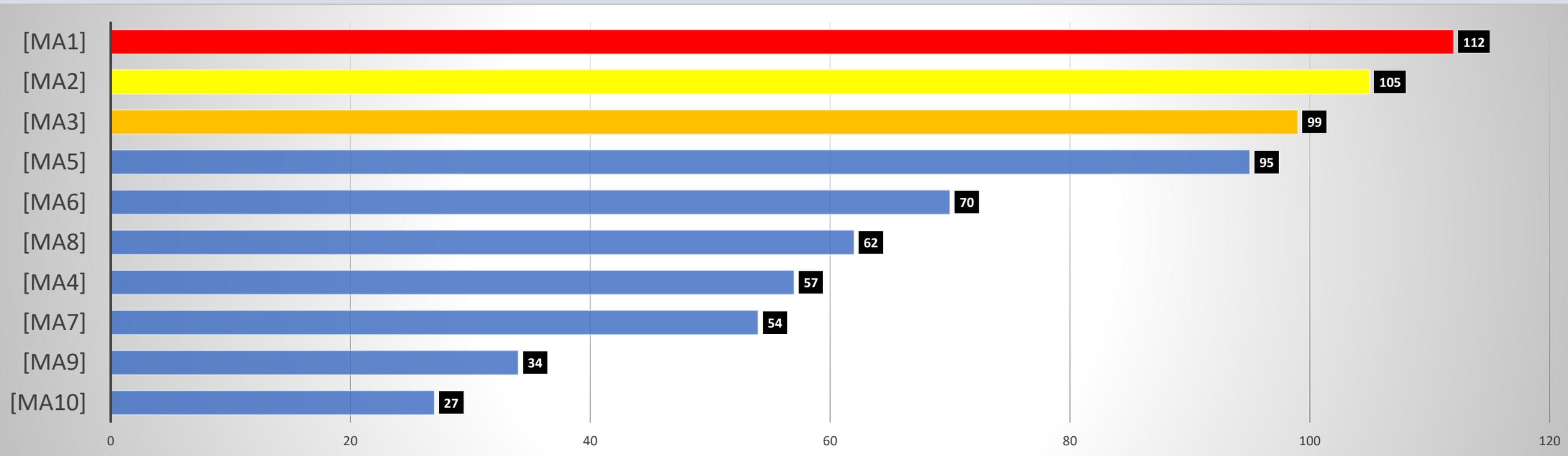


OUTROS

Há 6 Municípios na Comarca, sendo que 5 deles possuem menos de 10k de habitantes (Timburi, Óleo, Manduri, Sarutaiá e Tejupá) e muitas fraudes em licitações.

Quantidade escolhida	[MA1]Código Florestal: APP, Reserva Legal, CAR, PRAD, Área Consolidada	2	6	4	0	1	0	0	0	0	0
	[MA2]Saneamento Básico: Tratamento de Esgoto	4	1	3	3	1	1	0	0	0	0
	[MA3]Resíduos Sólidos: Implantação de Coleta Seletiva e Logística Reversa	0	3	4	4	2	0	0	0	0	0
	[MA4]Resíduos Sólidos: Combustível Derivado de Resíduos (CDR) e Licenciamento de Unidade de Recuperação Energética (URE)	0	0	0	2	3	1	3	1	2	1
	[MA5]Recursos Hídricos: Proteção de Mananciais e Reservatórios de Abastecimento Público	4	1	1	2	2	2	0	0	1	0
	[MA6]Barramentos e Pequenas Centrais Hidrelétricas	1	1	1	0	1	5	2	1	0	1
	[MA7]Unidades de Conservação: Planos de Manejo	0	0	0	1	1	2	5	3	1	0
	[MA8]Agrotóxicos e Poluição	1	1	0	1	1	1	2	5	1	0
	[MA9]Fauna: CRA (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) e CETAS (Centros de Triagem de Animais Silvestres)	0	0	0	0	1	0	1	3	7	1
	[MA10]Núcleo de Conciliação em Matéria Ambiental	1	0	0	0	0	1	0	0	1	10

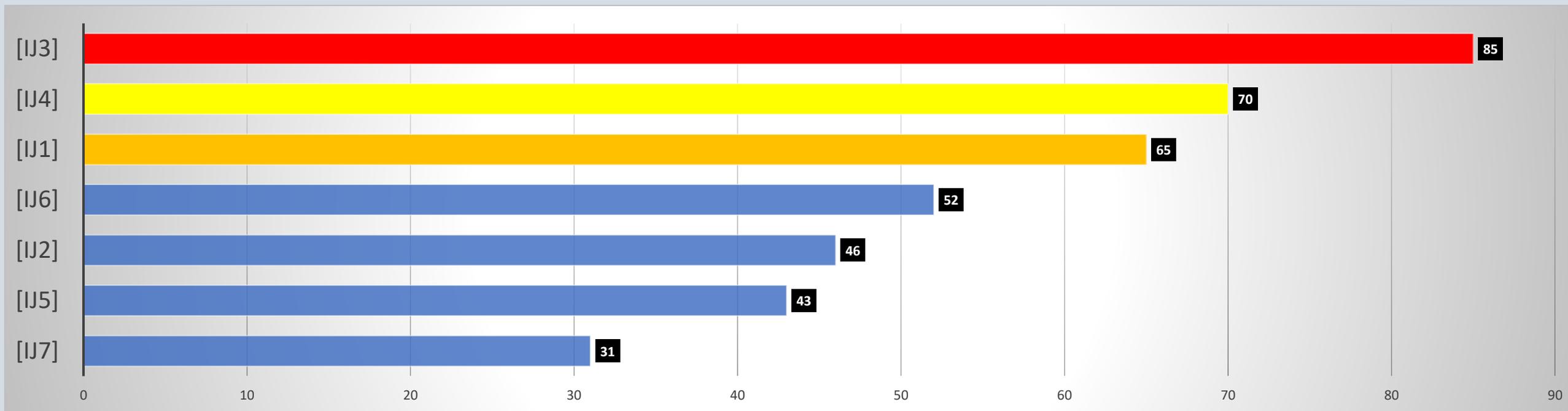
Ponderação	[MA1]Código Florestal: APP, Reserva Legal, CAR, PRAD, Área Consolidada	1º	20	54	32	0	6	0	0	0	0	0	112
	[MA2]Saneamento Básico: Tratamento de Esgoto	2º	40	9	24	21	6	5	0	0	0	0	105
	[MA3]Resíduos Sólidos: Implantação de Coleta Seletiva e Logística Reversa	3º	0	27	32	28	12	0	0	0	0	0	99
	[MA4]Resíduos Sólidos: Combustível Derivado de Resíduos (CDR) e Licenciamento de Unidade de Recuperação Energética (URE)		0	0	0	14	18	5	12	3	4	1	57
	[MA5]Recursos Hídricos: Proteção de Mananciais e Reservatórios de Abastecimento Público		40	9	8	14	12	10	0	0	2	0	95
	[MA6]Barramentos e Pequenas Centrais Hidrelétricas		10	9	8	0	6	25	8	3	0	1	70
	[MA7]Unidades de Conservação: Planos de Manejo		0	0	0	7	6	10	20	9	2	0	54
	[MA8]Agrotóxicos e Poluição		10	9	0	7	6	5	8	15	2	0	62
	[MA9]Fauna: CRA (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) e CETAS (Centros de Triagem de Animais Silvestres)		0	0	0	0	6	0	4	9	14	1	34
	[MA10]Núcleo de Conciliação em Matéria Ambiental		10	0	0	0	0	5	0	0	2	10	27



LEGENDA	Descrição
[MA1]	Código Florestal: APP, Reserva Legal, CAR, PRAD, Área Consolidada
[MA2]	Saneamento Básico: Tratamento de Esgoto
[MA3]	Resíduos Sólidos: Implantação de Coleta Seletiva e Logística Reversa
[MA4]	Resíduos Sólidos: Combustível Derivado de Resíduos (CDR) e Licenciamento de Unidade de Recuperação Energética (URE)
[MA5]	Recursos Hídricos: Proteção de Mananciais e Reservatórios de Abastecimento Público
[MA6]	Barramentos e Pequenas Centrais Hidrelétricas
[MA7]	Unidades de Conservação: Planos de Manejo
[MA8]	Agrotóxicos e Poluição
[MA9]	Fauna: CRA (Centro de Reabilitação de Animais Silvestres) e CETAS (Centros de Triagem de Animais Silvestres)
[MA10]	Núcleo de Conciliação em Matéria Ambiental

Quantidade escolhida	[IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida	2	1	3	6	2	0	0
	[IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação	0	2	2	1	5	1	3
	[IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional	7	3	2	2	0	0	0
	[IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta	1	6	2	2	3	0	0
	[IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente	1	1	1	0	4	6	1
	[IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência	3	1	2	1	0	4	3
	[IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem	0	0	2	2	0	3	7

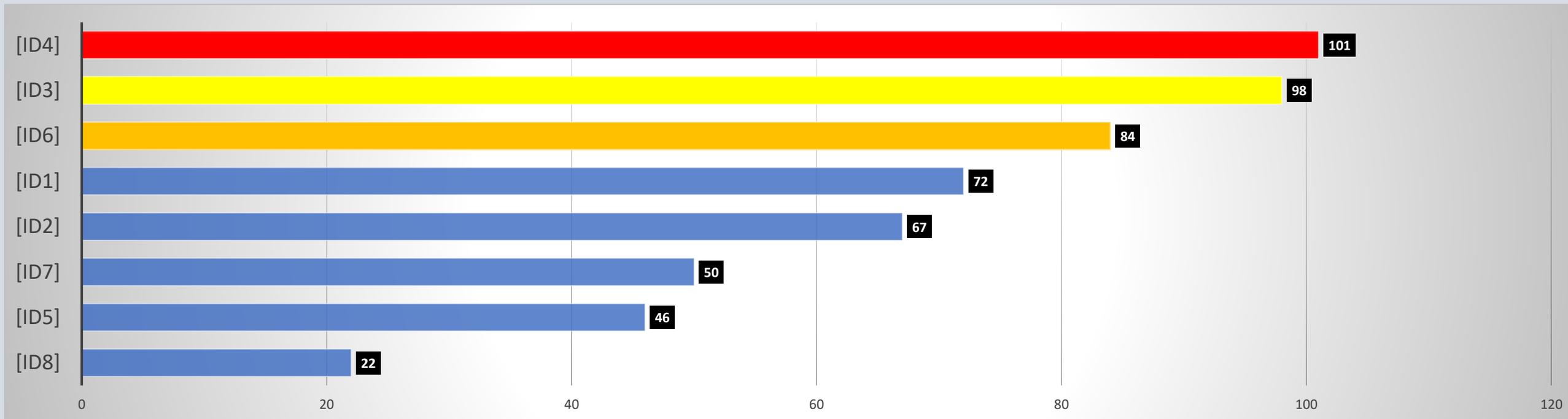
Ponderação	[IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida	3º	14	6	15	24	6	0	0	65
	[IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação		0	12	10	4	15	2	3	46
	[IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional	1º	49	18	10	8	0	0	0	85
	[IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta	2º	7	36	10	8	9	0	0	70
	[IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente		7	6	5	0	12	12	1	43
	[IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência		21	6	10	4	0	8	3	52
	[IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem		0	0	10	8	0	6	7	31



Ponderação	[IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida
	[IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação
	[IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional
	[IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta
	[IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente
	[IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência
	[IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem

Quantidade escolhida	[ID1] Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa	0	1	2	7	4	0	1	0
	[ID2] Capacidade Civil e Autonomia	1	0	2	3	6	2	1	0
	[ID3] Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)	7	3	1	1	2	0	1	0
	[ID4] Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)	4	7	2	1	0	1	0	0
	[ID5] Renda, subsistência e empregabilidade	0	0	1	0	3	7	3	1
	[ID6] Rede de atenção à saúde da pessoa idosa	2	2	7	0	0	4	0	0
	[ID7] Medicamentos, insumos, órteses e próteses	1	2	0	2	0	0	8	2
	[ID8] Mobilidade	0	0	0	1	0	1	1	12

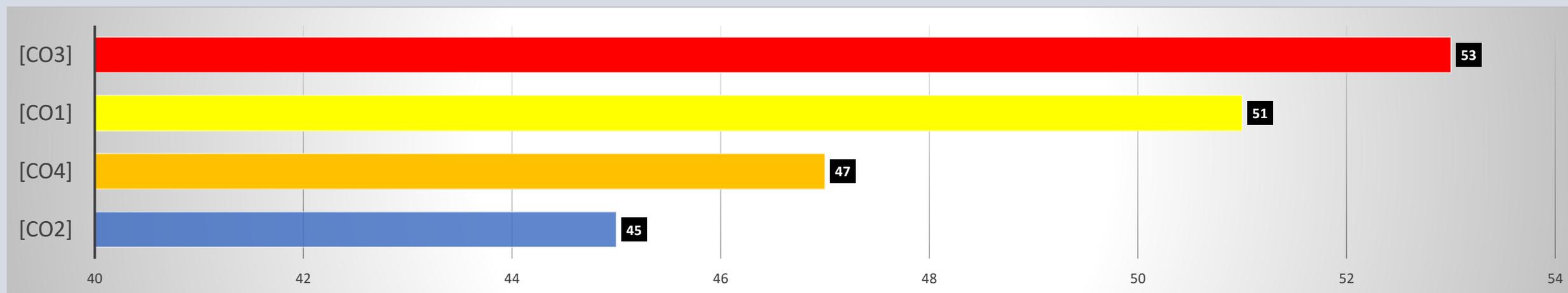
Ponderação	[ID1] Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa		0	7	12	35	16	0	2	0	72
	[ID2] Capacidade Civil e Autonomia		8	0	12	15	24	6	2	0	67
	[ID3] Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)	2º	56	21	6	5	8	0	2	0	98
	[ID4] Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)	1º	32	49	12	5	0	3	0	0	101
	[ID5] Renda, subsistência e empregabilidade		0	0	6	0	12	21	6	1	46
	[ID6] Rede de atenção à saúde da pessoa idosa	3º	16	14	42	0	0	12	0	0	84
	[ID7] Medicamentos, insumos, órteses e próteses		8	14	0	10	0	0	16	2	50
	[ID8] Mobilidade		0	0	0	5	0	3	2	12	22



LEGENDA	[ID1] Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa
	[ID2] Capacidade Civil e Autonomia
	[ID3] Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)
	[ID4] Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)
	[ID5] Renda, subsistência e empregabilidade
	[ID6] Rede de atenção à saúde da pessoa idosa
	[ID7] Medicamentos, insumos, órteses e próteses
	[ID8] Mobilidade

Quantidade escolhida	[CO1] Planos de Saúde	4	4	3	3
	[CO2] Cooperativas e Associações Habitacionais	3	1	6	4
	[CO3] Fornecimento de Água	6	3	1	4
	[CO4] Transporte Público	1	6	4	3

Ponderação	[CO1] Planos de Saúde	2º	20	16	9	6	51
	[CO2] Cooperativas e Associações Habitacionais		15	4	18	8	45
	[CO3] Fornecimento de Água	1º	30	12	3	8	53
	[CO4] Transporte Público	3º	5	24	12	6	47

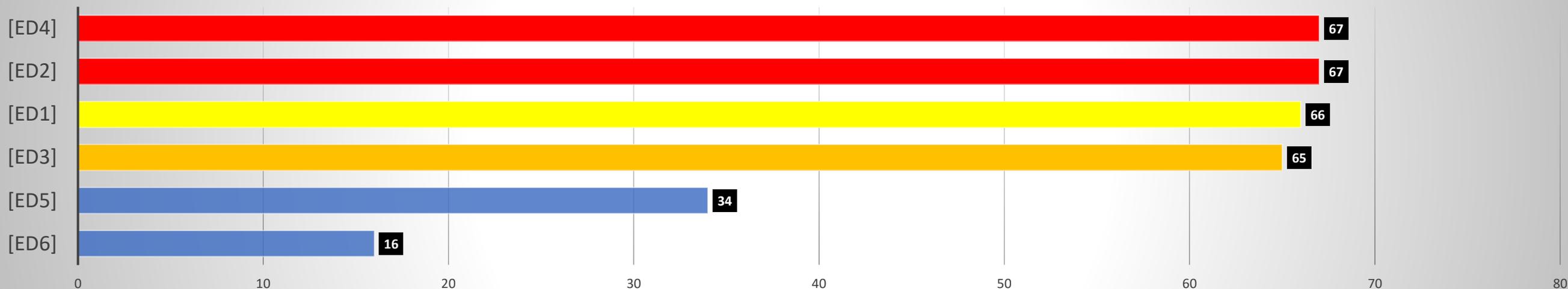


OUTROS

Fornecimento de Energia Elétrica
Já foram adotadas as medidas legais cabíveis a cada situação

Quantidade escolhida	[ED1] Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (referência à meta 3 do PNE)	1	6	6	2	0	0
	[ED2] Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo (meta 4 do PNE)	4	3	5	2	1	0
	[ED3] Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir que os sistemas municipais e estadual de São Paulo alcancem as médias para o IDEB estabelecidas na meta 7 do PNE	5	2	2	5	1	0
	[ED4] Ampliar a oferta de educação infantil em creches (0 a 3 anos e 11 meses de idade) de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE	5	3	1	6	0	0
	[ED5] Adotar medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar o cumprimento das metas 17 (valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei democrática federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.), relacionadas ao princípio constitucional de valorização dos profissionais da educação	0	1	1	0	12	1
	[ED6] Atuar para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto), adotando medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar efetiva gestão democrática na educação	0	0	0	0	1	14

Ponderação	[ED1]	2º	6	30	24	6	0	0	66
	[ED2]	1º	24	15	20	6	2	0	67
	[ED3]	3º	30	10	8	15	2	0	65
	[ED4]	1º	30	15	4	18	0	0	67
	[ED5]		0	5	4	0	24	1	34
	[ED6]		0	0	0	0	2	14	16

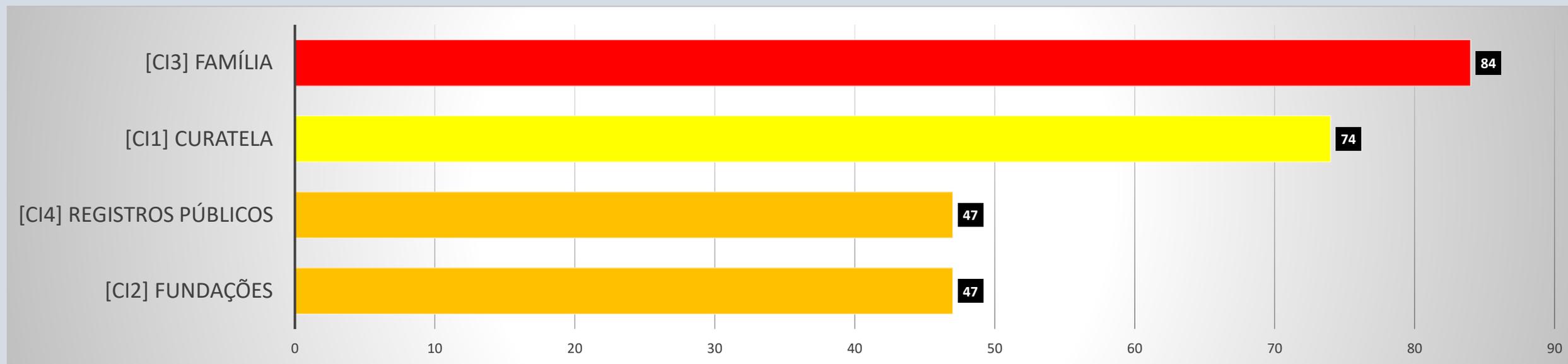


LEGENDA

- [ED1] Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (referência à meta 3 do PNE)
- [ED2] Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo (meta 4 do PNE)
- [ED3] Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir que os sistemas municipais e estadual de São Paulo alcancem as médias para o IDEB estabelecidas na meta 7 do PNE
- [ED4] Ampliar a oferta de educação infantil em creches (0 a 3 anos e 11 meses de idade) de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE
- [ED5] Adotar medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar o cumprimento das metas 17 (valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei democrática federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.), relacionadas ao princípio constitucional de valorização dos profissionais da educação
- [ED6] Atuar para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto), adotando medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar efetiva gestão democrática na educação

Quantidade escolhida	[CI1] Curatela	5	10	3	0
	[CI2] Fundações	1	0	8	9
	[CI3] Família	12	6	0	0
	[CI4] Registros Públicos	0	2	7	9

Ponderação	[CI1] Curatela	2º	25	40	9	0	74
	[CI2] Fundações	3º	5	0	24	18	47
	[CI3] Família	1º	60	24	0	0	84
	[CI4] Registros Públicos	3º	0	8	21	18	47

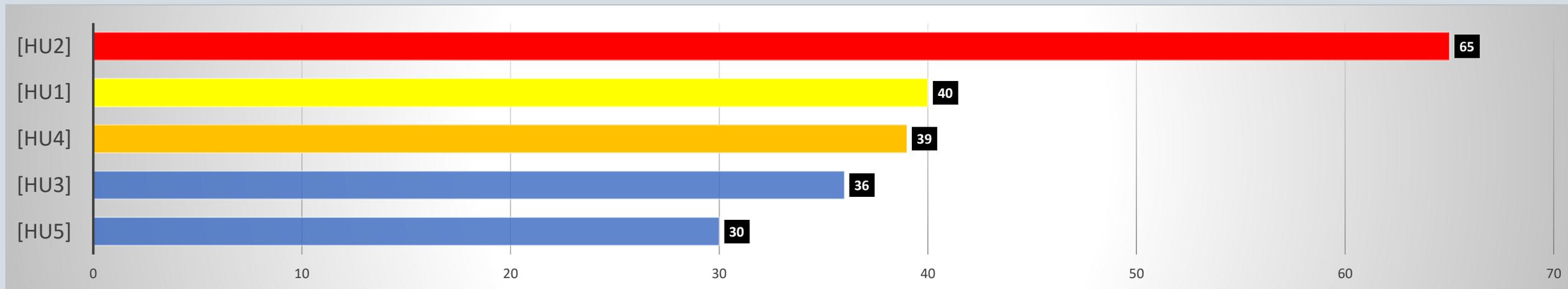


OUTROS

Participo das audiências de família e curatela, bem como nos processos cíveis em geral com atuação do MP racionalização

Quantidade escolhida	[HU1] Enfrentamento da crise habitacional e dos conflitos fundiários urbanos, mediante iniciativas uniformizadas voltadas à efetivação do direito social à moradia, com foco em soluções adequadas para garantia dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e do não retrocesso social	2	4	2	2	4
	[HU2] Mapeamento e georreferenciamento dos casos envolvendo parcelamento irregular do solo/regularização fundiária visando adoção de medidas estruturantes em face do poder público responsável pela fiscalização e ordenação do espaço territorial urbano, sempre que ocorrências daquela natureza se mostrarem recorrentes no Município e quando a atuação fragmentada tiver se mostrado ineficiente	10	3	1	0	0
	[HU3] Fomento a existência de um plano municipal de redução de riscos que análise, caracterize e dimensione as áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento, classificadas segundo tipo e grau de risco; análise, quantifique e caracterize as famílias moradoras dessas áreas, segundo perfis demográficos, socioeconômicos e habitacionais, entre outros aspectos; defina as ações e intervenções necessárias para a implantação de obras estruturais de redução de riscos e adoção de medidas de segurança e proteção, com fixação de prioridades, prazos e estimativas de custos e recursos necessários; e que defina estratégias para realização de realocações preventivas de moradores quando esta for a alternativa única ou mais eficaz para a garantia das condições de segurança, de acordo com critérios técnicos objetivos e reconhecidos e procedimentos justos e democráticos	0	3	6	1	4
	[HU4] Fomento à existência de um plano de mobilidade urbana que oriente a política de mobilidade a partir da análise das condições de acessibilidade e mobilidade existentes, de ações para ampliação e aprimoramento do sistema de transporte público coletivo, de programa para o gerenciamento das vias, de ações para implementação de estacionamentos em áreas estratégicas da cidade, de diretrizes tarifárias, em especial para população de baixa renda, de ações para garantir a acessibilidade universal e a redução dos impactos ambientais, além de medidas para cada um dos sistemas de mobilidade urbana	1	3	3	6	1
	[HU5] Adoção de medidas visando o aprimoramento das políticas públicas de zeladoria urbana que não se restrinjam penas a solucionar o caso relatado na notícia de fato, mas que, de forma eficaz e resolutiva, enfrente os problemas estruturais verificados na prestação do serviço público	1	1	2	5	5

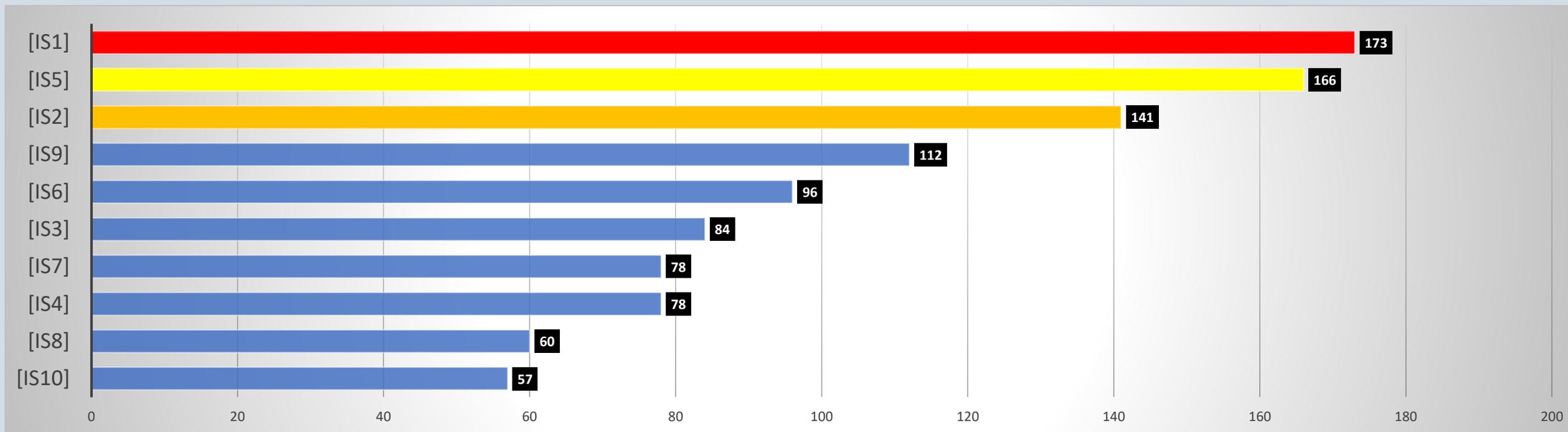
Ponderação	[HU1]	2º	10	16	6	4	4	40
	[HU2]	1º	50	12	3	0	0	65
	[HU3]		0	12	18	2	4	36
	[HU4]	3º	5	12	9	12	1	39
	[HU5]		5	4	6	10	5	30



LEGENDA	[HU1] Enfrentamento da crise habitacional e dos conflitos fundiários urbanos, mediante iniciativas uniformizadas voltadas à efetivação do direito social à moradia, com foco em soluções adequadas para garantia dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e do não retrocesso social
	[HU2] Mapeamento e georreferenciamento dos casos envolvendo parcelamento irregular do solo/regularização fundiária visando adoção de medidas estruturantes em face do poder público responsável pela fiscalização e ordenação do espaço territorial urbano, sempre que ocorrências daquela natureza se mostrarem recorrentes no Município e quando a atuação fragmentada tiver se mostrado ineficiente
	[HU3] Fomento a existência de um plano municipal de redução de riscos que análise, caracterize e dimensione as áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento, classificadas segundo tipo e grau de risco; análise, quantifique e caracterize as famílias moradoras dessas áreas, segundo perfis demográficos, socioeconômicos e habitacionais, entre outros aspectos; defina as ações e intervenções necessárias para a implantação de obras estruturais de redução de riscos e adoção de medidas de segurança e proteção, com fixação de prioridades, prazos e estimativas de custos e recursos necessários; e que defina estratégias para realização de realocações preventivas de moradores quando esta for a alternativa única ou mais eficaz para a garantia das condições de segurança, de acordo com critérios técnicos objetivos e reconhecidos e procedimentos justos e democráticos
	[HU4] Fomento à existência de um plano de mobilidade urbana que oriente a política de mobilidade a partir da análise das condições de acessibilidade e mobilidade existentes, de ações para ampliação e aprimoramento do sistema de transporte público coletivo, de programa para o gerenciamento das vias, de ações para implementação de estacionamentos em áreas estratégicas da cidade, de diretrizes tarifárias, em especial para população de baixa renda, de ações para garantir a acessibilidade universal e a redução dos impactos ambientais, além de medidas para cada um dos sistemas de mobilidade urbana
	[HU5] Adoção de medidas visando o aprimoramento das políticas públicas de zeladoria urbana que não se restrinjam penas a solucionar o caso relatado na notícia de fato, mas que, de forma eficaz e resolutive, enfrente os problemas estruturais verificados na prestação do serviço público

Quantidade escolhida	[IS1] População em situação de rua	7	8	3	1	0	0	0	0	0	0
	[IS2] Igualdade Racial	1	1	7	6	4	0	0	0	0	0
	[IS3] Populações Tradicionais	0	0	0	3	5	4	1	0	3	3
	[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio	0	1	0	1	3	4	3	1	3	3
	[IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	9	4	3	0	1	2	0	0	0	0
	[IS6] População LGBTQI+	0	2	0	2	3	5	2	4	0	1
	[IS7] População Encarcerada	0	0	0	2	1	2	8	4	2	0
	[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos	0	0	1	0	1	0	3	8	4	2
	[IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social	2	3	3	2	1	1	1	0	6	0
	[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	0	0	2	2	0	1	1	2	1	10

Ponderação	[IS1] População em situação de rua	1º	70	72	24	7	0	0	0	0	0	0	173
	[IS2] Igualdade Racial	3º	10	9	56	42	24	0	0	0	0	0	141
	[IS3] Populações Tradicionais		0	0	0	21	30	20	4	0	6	3	84
	[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio		0	9	0	7	18	20	12	3	6	3	78
	[IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	2º	90	36	24	0	6	10	0	0	0	0	166
	[IS6] População LGBTQI+		0	18	0	14	18	25	8	12	0	1	96
	[IS7] População Encarcerada		0	0	0	14	6	10	32	12	4	0	78
	[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos		0	0	8	0	6	0	12	24	8	2	60
	[IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social		20	27	24	14	6	5	4	0	12	0	112
	[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional		0	0	16	14	0	5	4	6	2	10	57



LEGENDA	[IS1] População em situação de rua
	[IS2] Igualdade Racial
	[IS3] Populações Tradicionais
	[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio
	[IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade
	[IS6] População LGBTQI+
	[IS7] População Encarcerada
	[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos
	[IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social
	[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

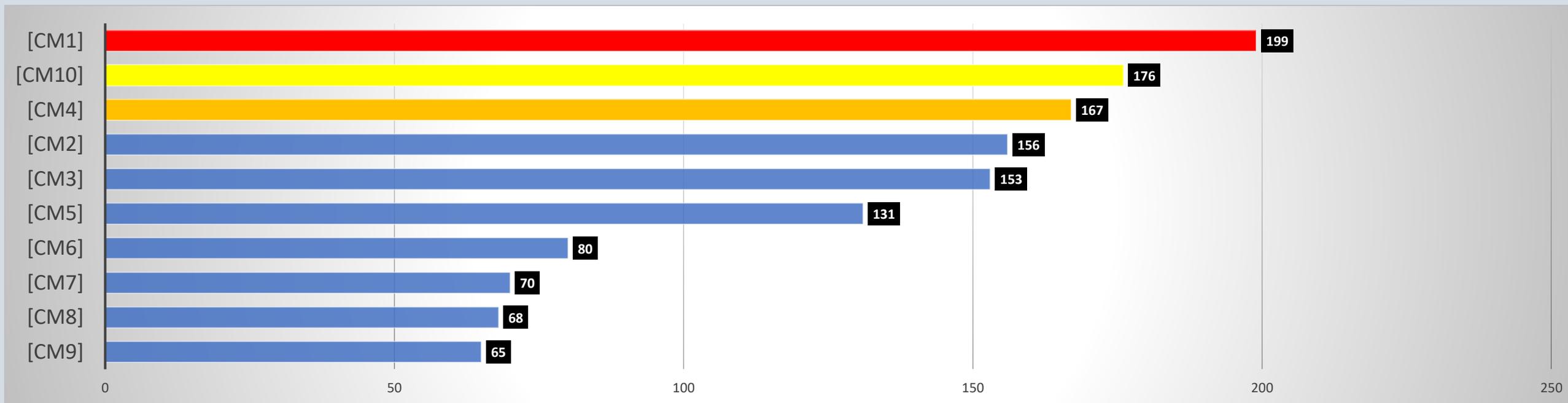
Quantidade escolhida	[CM1] Tráfico de Drogas	12	2	5	1	1	1	0	1	0	0
	[CM2] Homicídio	1	3	4	6	3	3	3	0	0	0
	[CM3] Femicídio	2	4	3	2	5	4	1	1	1	0
	[CM4] Crimes Sexuais	1	6	4	5	4	1	1	1	0	0
	[CM5] Crimes contra o patrimônio	0	1	4	3	4	7	0	2	2	0
	[CM6] Crimes de trânsito	0	0	0	1	1	3	8	4	2	4
	[CM7] Crimes contra o meio ambiente	0	0	0	0	1	2	5	7	5	3
	[CM8] Crimes contra a administração pública	0	0	1	1	0	1	3	5	9	3
	[CM9] Crimes cometidos por organizações criminosas	0	1	1	0	3	1	1	1	3	12
	[CM10] Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)	7	6	1	4	1	0	1	1	1	1

Ponderação	[CM1] Tráfico de Drogas	1º	120	18	40	7	6	5	0	3	0	0	199
	[CM2] Homicídio		10	27	32	42	18	15	12	0	0	0	156
	[CM3] Femicídio		20	36	24	14	30	20	4	3	2	0	153
	[CM4] Crimes Sexuais	3º	10	54	32	35	24	5	4	3	0	0	167
	[CM5] Crimes contra o patrimônio		0	9	32	21	24	35	0	6	4	0	131
	[CM6] Crimes de trânsito		0	0	0	7	6	15	32	12	4	4	80
	[CM7] Crimes contra o meio ambiente		0	0	0	0	6	10	20	21	10	3	70
	[CM8] Crimes contra a administração pública		0	0	8	7	0	5	12	15	18	3	68
	[CM9] Crimes cometidos por organizações criminosas		0	9	8	0	18	5	4	3	6	12	65
	[CM10] Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)	2º	70	54	8	28	6	0	4	3	2	1	176

OUTROS

Crimes que envolvam crianças e adolescentes, em especial com exploração sexual

CRIMES COMETIDOS CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR

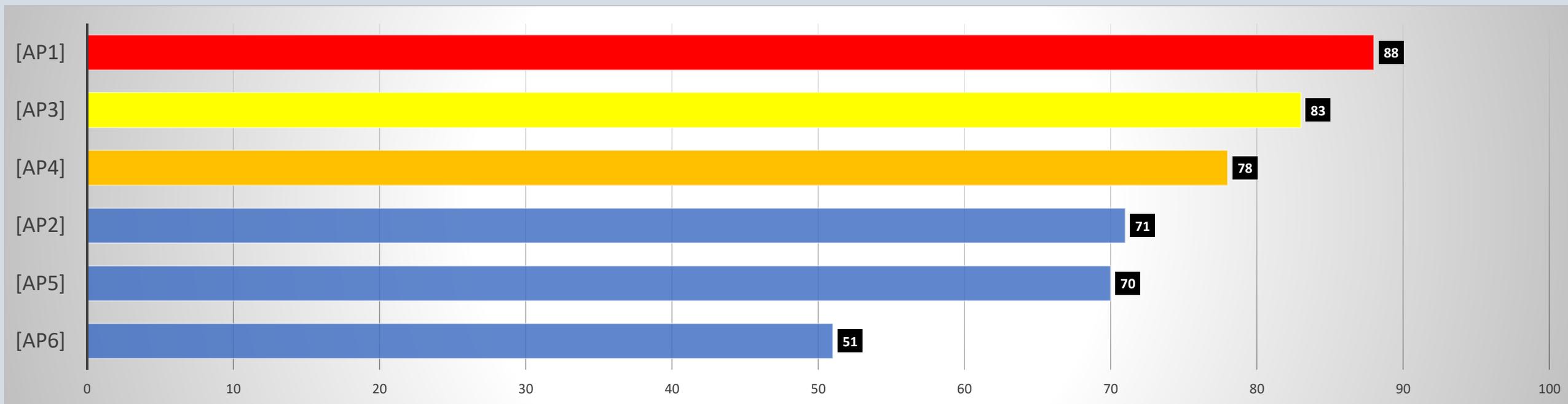


LEGENDA

- [CM1] Tráfico de Drogas
- [CM2] Homicídio
- [CM3] Femicídio
- [CM4] Crimes Sexuais
- [CM5] Crimes contra o patrimônio
- [CM6] Crimes de trânsito
- [CM7] Crimes contra o meio ambiente
- [CM8] Crimes contra a administração pública
- [CM9] Crimes cometidos por organizações criminosas
- [CM10] Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)

Quantidade escolhida	[AP1] Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)	7	2	6	2	2	2
	[AP2] Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.	3	4	1	6	4	3
	[AP3] Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)	5	4	4	3	3	2
	[AP4] Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e espaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)	3	6	2	4	4	2
	[AP5] Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos	1	4	6	4	2	4
	[AP6] Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.	2	1	2	2	6	8

Ponderação	[AP1] Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)	1º	42	10	24	6	4	2	88
	[AP2] Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.		18	20	4	18	8	3	71
	[AP3] Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)	2º	30	20	16	9	6	2	83
	[AP4] Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e espaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)	3º	18	30	8	12	8	2	78
	[AP5] Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos		6	20	24	12	4	4	70
	[AP6] Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.		12	5	8	6	12	8	51



LEGENDA

[AP1] Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)

[AP2] Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.

[AP3] Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)

[AP4] Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e espaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)

[AP5] Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos

[AP6] Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.

OBRIGADO